

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
3329046520211217232813

Processo 0800812-51.2020.8.23.0047 ☆ - (498 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Selos:

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

74 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 74

500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	74	17/12/2021 23:28:13	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (07/12/2021)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
			Procurador
	74.1	Arquivo: Petição	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	2744368IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf
			Público
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 14/12/2021 com prazo de 15 dias úteis	
		*Referente ao evento (seq. 70) JUNTADA DE LAUDO (07/12/2021) e ao evento de expedição seq. 71.	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de ITALO PEREIRA DOS SANTOS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 70) JUNTADA DE LAUDO (07/12/2021)	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 70) JUNTADA DE LAUDO (07/12/2021)	
			Jhonatan de Almeida Santil
			Analista Judiciário
			Jhonatan de Almeida Santil
			Analista Judiciário
<input type="checkbox"/>	70	07/12/2021 12:56:09	JUNTADA DE LAUDO
		DECORRIDO PRAZO DE PERITO VITOR PARACAT SANTIAGO	
		(Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO *Referente ao evento (seq. 65) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(12/11/2021) e ao evento de expedição seq. 67.	
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
		(Pelo Perito VITOR PARACAT SANTIAGO(Leitura automática em 23/11/2021 às 23:59)) em 23/11/2021 com prazo de 5 dias úteis	
		*Referente ao evento (seq. 65) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (12/11/2021) e ao evento de expedição seq. 67.	
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
		Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (12/11/2021)	
		HABILITAÇÃO PROVISÓRIA	
		Perito Oficial: VITOR PARACAT SANTIAGO habilitado até 21/02/2022 (100	
			MARCOS ANTONIO DEMEZIO DOS SANTOS
			Analista Judiciário
			MARCOS ANTONIO DEMEZIO DOS SANTOS
			Analista Judiciário



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RORAINOPOLIS/RR**

Processo n.º 08008125120208230047

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ITALO PEREIRA DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RORAINOPOLIS, 15 de dezembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**DIEGO PAULI**  
**858 - OAB/RR**